

Rogério Salviano Alves

A DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS NO IBS/CBS



*Base tributável ampla e segurança jurídica
na reforma da tributação do consumo*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XVII
Introdução	1
1 A regra-matriz de incidência tributária como método de análise do conceito de serviço no IBS/CBS.....	9
1.1 O conceito de norma jurídica	10
1.1.1 A Estrutura Lógica da Norma Jurídica: hipótese e consequência	15
1.1.2 Norma Jurídica Completa	20
1.2 O conceito de regra-matriz de incidência tributária	22
1.2.1 Critérios Material, Espacial, Temporal e Quantitativo da Regra-matriz de Incidência Tributária.....	23
1.2.2 O Critério Material como Instrumento de Análise do Conceito de Serviço Tributável.....	29
1.3 A regra-matriz de incidência tributária como método idôneo para análise do conceito de serviços: a jurisprudência do STF	30
1.4 Norma de competência, norma de estrutura e o desenho normativo do IBS/CBS	37
2 O conceito de serviço tributável: da concepção civilista à perspectiva econômico-funcional	45
2.1 Uma “dívida de fazer”: o serviço como uma prestação obrigacional.....	48
2.2 O conceito constitucional e infraconstitucional de serviço	51
2.3 O conceito de serviço no comércio internacional.....	60
2.4 Jurisprudência do STF sobre a tributação dos serviços: entre a concepção civilista e a funcional ou econômica.....	68
3 Análise comparada: o tratamento dos serviços nos modelos internacionais de IVA	81
3.1 O conceito residual de prestação de serviços na União Europeia (UE).....	88

3.2 Modelo Canadense: Sistema DUAL DE IVA (GST/HST) e o tratamentos dos serviços	103
3.3 Modelo neozelandês: o GST como imposto sobre bens e serviços	110
3.4 Aspectos centrais dos IVAS da União Europeia, Canadá e Nova Zelândia para a compreensão crítica da hipótese de incidência do IBS/CBS.	116
4 A regra-matriz de incidência do IBS/CBS:	
o critério material na prestação de serviços	119
4.1 A hipótese de incidência do IBS/CBS: distinção entre prestação de serviços e fornecimento de serviços	123
4.2 Serviços tributáveis pelo IBS/CBS e os IVAs da União Europeia, Canadá e Nova Zelândia.....	133
4.3 Base ampla de consumo (BROAD-BASED TAX) do IBS/CBS: segurança jurídica e interpretação normativa	137
4.3.1 Justiça Tributária, Base Ampla de Consumo do IBS/CBS à Luz do §3º, do Artigo 145, da Constituição Federal.....	140
4.3.2 Capacidade Contributiva, Igualdade e Generalidade na Tributação do Consumo	141
4.3.3 Base Tributável Ampla, Ninguém “fora” da Tributação: o combate a privilégios fiscais	143
4.3.4 Justiça Tributária, Materialidade Ampliada e Segurança Jurídica	146
4.4 Crítica ao termo “serviços” na lei complementar: uma proposta de adequação legislativa	149
4.5 Aplicação prática da proposta: superação de dicotomias e segurança jurídica.....	156
4.5.1 O caso do Software e do Streaming: da “Mercadoria” à Utilidade Fornecida.....	157
4.5.2 Contratos Mistos e a Superação da Cisão Dar/Fazer.....	158
Considerações finais.....	161
Referências	165